



Protocolo: Data: 21/09/2005 1ª CERTIDÃO Livro: 3 Folha: 141/142

CERTIFICO, a requerimento da parte interessada, que revendo os livros de Escrituras Públicas deste ofício, neles, no livro de número 03, nas folhas 141-142, datada em 21/09/2005, encontrei lavrada e assinada a Escritura do teor seguinte: **ESCRITURA Pública de ATA NOTARIAL** que faz o **Tabelião da Cidade e Comarca de Novo Progresso, Estado do Pará**, na forma abaixo: ATA DA CONSULTA PÚBLICA REALIZADA NA CIDADE DE NOVO PROGRESSO-PA, NO DIA VINTE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E CINCO, PARA ANÁLISE DA PROPOSTA QUE VISA A CRIAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO, PARQUES NACIONAIS/ESTADUAIS DE FLORESTAS, ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E FLORESTAS NACIONAIS/ESTADUAIS TOTALIZANDO NOVE NOVAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. SAIBAM os que esta Escritura Pública de **ATA NOTARIAL** virem, que aos vinte dias do mês de setembro de dois mil e cinco, às onze horas, na Igreja Católica de Santa Luzia, na Rua Santa Ana, no Bairro Vista Alegre, nesta cidade e comarca de Novo Progresso, Estado do Pará, presente Eu, MARIO MATTEI, o Tabelião, reuniram-se em Consulta Pública, sob a presidência do senhor Júlio Miragaia as entidades governamentais de Novo Progresso, representadas pelo prefeito municipal e pelo Vereador José Alves, bem como as entidades não governamentais como Lions Club, Igreja Católica, Associação Comercial, Sindicato Rural, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação dos Produtores Rurais de Novo Progresso, Cooperativa Mista de Novo Progresso, Cooperativa dos Garimpeiros, Comunidade de Cachoeira da Serra bem como inúmeras pessoas cidadãos e cidadãs progressenses, com o objetivo de fazer a apreciação de uma proposta que está sendo discutida pelo governo federal e pelo governo do Estado do Pará que visa a definição da destinação de terras públicas no oeste do Estado, na chamada área sob limitação Administrativa provisória, cuja proposta visa a CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, Parques Nacionais/Estaduais de Florestas, Áreas de Preservação Ambiental e Florestas Nacionais/Estaduais, somando ao todo nove novas unidades de Conservação. Composta a mesa diretora dos trabalhos, fizeram uso da palavra o representante do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO Julio Miragaia, o prefeito municipal Tony Fábio Gonçalves Rodrigues, o representante da câmara municipal de vereadores José Alves, Secretário de Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará, Gabriel Guerreiro e na seqüência os representantes do MMA Tasso Azevedo e Maurício Mercadante, apresentaram a proposta de criação das unidades de conservação, através de mapas reproduzidos em telas via meios eletrônicos. O senhor Maurício Mercadante, explicou o que é uma unidade de conservação e mostrou no mapa onde seriam criadas tais unidades de conservação, argumentando as vantagens da criação das unidades de conservação e também quais as atividades que poderão ser desenvolvidas em cada área de preservação. Deu continuidade aos trabalhos de apresentação da proposta de criação do Distrito Florestal, o representante do



Protocolo: **Data:** 21/09/2005 **1ª CERTIDÃO** **Livro:** 3 **Folha:** 141/142

MMA Tasso Azevedo. Na seqüência fez uso da palavra o Senhor Gabriel Guerreiro, que informou que a proposta foi feita única e exclusivamente pelo Governo federal, à revelia de qualquer participação do governo Estadual do Estado do Pará, que se quer foi comunicado de que a proposta estava sendo elaborada e defendeu a proposta do macrozoneamento econômico-ecológico elaborada pelo governo do Pará, que inclusive já se transformou em Lei Estadual aprovada por unanimidade. Terminada a apresentação da proposta governamental, foram abertas as inscrições para quem quisesse apresentar propostas alternativas. Fez uso da palavra o senhor Agamenon da Silva Menezes, presidente do Sindicato Rural de Novo Progresso, ocasião em que o mesmo apresentou uma Proposta Alternativa, no sentido de rejeitar na totalidade a Proposta, de Criação de Unidades de Conservação, apresentada pelo Governo Federal/Estadual e aprovar na íntegra o Macro Zoneamento-Econômico Ecológico elaborado pelo governo do Estado do Pará, que inclusive já foi transformado em Lei Estadual. Colocada em votação a Proposta de Criação de Unidades de Conservação, apresentada pelo Governo Federal, a mesma foi reprovada por unanimidade dos presente, não obtendo nenhum voto favorável. Colocada em votação a Proposta de aprovar na íntegra o Macro Zoneamento Econômico-Ecológico elaborado pelo Governo do Estado do Pará, que inclusive já foi transformado em Lei Estadual, a mesma foi aprovada pela unanimidade dos presentes, sem nenhum voto contra. Em seguida o senhor Agamenon fez suas considerações finais e a palavra foi passada a senhora Jandira representante da Cooperativa dos Garimpeiros, se pronunciou, manifestando, em nome da categoria dos garimpeiros, sua indignação com o governo Federal, que insiste em transformar toda a região do município de Novo Progresso, Itaituba, Jacareacanga, Trairão e outros, em Florestas e Parques Nacionais. Disse ainda do desespero por que passam os garimpeiros por falta de manutenção das estradas fazendo com que o frete do transporte influa diretamente no preço dos produtos, encarecendo sobremaneira o custo de vida. Finalizou conclamando a todos para que manifestem o apoio ao Macrozoneamento Econômico-Ecológico do Estado do Pará. Dando seguimento aos trabalhos da audiência pública, fez uso da palavra o senhor Morais, representando a comunidade de Cachoeira da Serra o qual se pronunciou contra a Proposta de Criação de novas Unidades de Conservação, apresentada pelo Governo Federal, argumentando que a proposta foi elaborada ao "arrepio" da vontade do povo. Finalizou informando que caso a proposta do governo Federal venha a ser aprovada na forma como está a Comunidade de Cachoeira da Serra, ficará a menos de dez quilômetros da Floresta Nacional, inviabilizando todas as atividades econômicas daquela comunidade que tem hoje mais de cinco mil habitantes, e finalizou pedindo clamor - querendo dizer clemência - para o povo de Cachoeira da Serra, que está totalmente desamparado pela ausência total do Governo Federal. Foi dada a palavra ao senhor João Augusto Capeletti que parabenizou o Governo Estadual na pessoa do Secretário de Governo Estadual, Gabriel Guerreiro, pela posição do



Protocolo: **Data:** 21/09/2005 **1ª CERTIDÃO** **Livro: 3** **Folha: 141/142**

governo do Estado do Pará, em discordar com a proposta de criação das unidades de conservação, nos termos propostos pelo Governo Federal. Criticou duramente a inoperância do INCRA e do MDA em Novo Progresso, bem como a ingerência indiscriminada e autoritária do Ministério do Meio Ambiente, que atribui a si próprio entre outros até a solução dos problemas fundiários, finalizando suas considerações. Na seqüência fez uso da palavra o senhor Nelson que perguntou: qual a garantia que teremos para consolidar a agricultura familiar, uma vez que temos a necessidade de criar novos assentamentos e se for mantida a restrição de abertura de novas áreas, ai como que vai ficar a situação da agricultura familiar? E ainda: em que fase, estágio está o projeto de asfaltamento da BR 163? Fez uso da palavra na seqüência o senhor João Batista, "ribeirinho" do Rio Curuá, que protestou veementemente contra a criação de novas reservas, e perguntou o que vai ser feito com os ribeirinhos do Rio Curuá, com a criação das florestas nacionais? Criticou duramente a atuação do Governo Federal, e insistiu para que fosse dada uma resposta à sua pergunta. Fez uso da palavra o Senhor Tasso que disse em resposta à pergunta do senhor João Batista, que não era de competência dos representantes do Governo presentes dar a resposta à pergunta, e que a solução daquele problema localizado seria assunto a ser estudado pelo governo. Fez ainda uso da palavra o senhor Raimundo Lima que disse que o fato de o INCRA e outros tantos órgãos federais estarem sucateados é por culpa do Governo Federal que antecedeu o atual governo do Presidente Lula, sem, no entanto dizer o nome de qual dos Presidentes. Informou que serão regularizadas áreas de terras até 500,00 ha. (quinhentos hectares) e que o objetivo do Governo Federal é fazer a Reforma agrária favorecendo o povo menos favorecido. Na seqüência houve discussão onde várias pessoas se manifestaram fazendo críticas aos órgãos do Governo Federal representados na reunião, chamando-os de inoperantes e que da visita anterior havia sido feita uma promessa de se titular áreas até 400,00 ha. (quatrocentos hectares) e que não havia sido cumprida, sendo que o senhor Raimundo respondeu às críticas com respostas não convincentes no entender dos presentes. Fez uso da palavra então o Senhor Tasso Azevedo que falou sobre uma saída de curto prazo do Setor Madeireiro, dizendo que foi feito acordo assinado na quinta feira passada, entre INCRA, MMA, Ministério Público, Governo do Pará e outros órgãos onde os Planos de Manejo que estão em operação irregulares em terras públicas pudessem ter continuidade e que esse acordo foi fechado há cerca de quarenta e cinco dias e disse ainda que serão assinados os TAC que terá validade até 31 de janeiro de 2007. Sobre a questão do Distrito Florestal, Tasso disse, em contestação às manifestações anteriores do senhor João Capeletti, que o povo da região tem cultura florestal sim, pois dá para se ver que a economia sofreu um forte impacto com a paralisação das atividades madeireiras desestabilizando totalmente a economia local. Disse ainda que todos os contratos antigos - CPCVs - e outros, firmados



Protocolo: **Data:** 21/09/2005 **1ª CERTIDÃO** **Livro:** 3 **Folha:** 141/142

titulos independentemente da quantidade de área neles especificados. Usou da palavra o Senhor Gabriel Guerreiro com o objetivo de responder a pergunta do senhor João Batista, que já não se encontrava mais no local, dizendo que o João Batista tem um problema muito específico na margem do Curuá, que se reflete também na margem do Rio Iriri, onde as pessoas vivem dentro de uma área de reserva de Proteção Integral chamada Estação Ecológica do Iriri. Que existe uma população que está instalada às margens desses dois Rios nas últimas duas décadas, alguém até mais antigo, mais são muito poucos. Disse que a situação do João Batista será solucionada pelo governo individualmente caso por caso, onde cada ribeirão terá uma solução para o seu problema. Com relação à resposta da pergunta do Nelson com relação à pavimentação da Rodovia BR 163, foi dito que o Processo de Concessão tem um cronograma a ser cumprido e está prevista a sua conclusão até o final do período chuvoso. Disse ainda que a partir da próxima semana serão iniciadas as obras de manutenção da Rodovia, tendo R\$ 18.800.000,00 de recursos disponíveis para a obra. Usou da palavra ainda a senhora Vera Lucia Guindani, representante dos moradores do Rio Claro, que se manifestou contrária à proposta de criação das unidades de conservação formulada pelo Governo Federal e favorável ao Macrozoneamento do Governo do Estado do Pará, fazendo duras críticas à Ministra do MMA Marina Silva. Usou ainda da palavra o Senhor Antônio Cardoso, Presidente do CDL de Novo Progresso que criticou duramente a atuação da Ministra Marina Silva, dizendo que a mesma não é pessoa confiável. Disse ainda que a região precisa de assentamentos com infra-estrutura. Na seqüência fez uso da palavra o senhor José Alves, vereador de Novo Progresso e em seguida os senhores Renato e Defante, que criticaram severamente a atuação do Governo Federal. Usou ainda da palavra pela ordem o senhor Queiroz representante do SIMASPA, o qual em nome do sindicato dos Madeireiros propôs que seja incluso no Decreto de Criação de APAs e Florestas Nacionais e Estaduais que após a criação destas reservas será garantido ao setor florestal a continuidade dos Projetos de Manejo Florestal Sustentável aprovados e suspensos, os georreferenciados, georecadastrados e os protocolados no IBAMA pelos atuais detentores, esses projetos de Manejo serão regidos pelo TAC que fica em vigor até trinta e um de janeiro de dois mil e sete. Que seja respeitado o Macrozoneamento Econômico-Ecológico do Estado. Projeto este defendido pelo Secretário de Meio Ambiente. Caso seja criada a unidade de conservação pela proposta de criação de parque Nacional do Jamanxim seja substituído por uma área de proteção ambiental ou floresta nacional, que se ela for criada, que não seja criada como Parque, que seja criada como uma FLONA ou como uma APA. O último inscrito senhor Alberto, presidente do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Progresso, fez uso da palavra e pediu pressa para a solução dos problemas dos trabalhadores rurais, assentados e trabalhadores que precisam ser assentados, os quais passam por dificuldade. Finalizou dizendo que os trabalhadores não precisam de cestas básicas e sim de terras para trabalhar. O



Protocolo: **Data:** 21/09/2005 **1ª CERTIDÃO** **Livro:** 3 **Folha:** 141/142

senhor Raimundo Lima do Inera passou a responder perguntas que haviam sido feitas durante o uso da palavra pelos inscritos. Na sequência o senhor Tasso Azevedo respondeu às perguntas que foram dirigidas ao Meio Ambiente e concluiu dizendo que não se está fazendo justiça quando se critica a atuação da Ministra Marina Silva, pois a mesma é possuída das melhores boas intenções para com o povo da região onde o governo Federal pretende criar as unidades de conservação, tendo sido vaiado pelos presentes. O Senhor Gabriel Guerreiro foi o último a fazer o uso da palavra, agradeceu a participação de todos, disse da importância das discussões e da tomada das decisões de forma democrática e em nome do Governador conclamou a todos a construir a proposta do Pará para o futuro. O prefeito Tony fez suas considerações finais conclamando aos representantes do governo Federal e Estadual, que tenham em mente as reivindicações do povo de Novo Progresso, ao tomarem as decisões finais, de forma que esse povo não venha a ser prejudicado. Não havendo mais assuntos a serem tratados, nem oradores a fazer o uso da palavra, o Presidente dos trabalhos, Julio Miragaia, informou que haverá uma outra reunião, onde serão convocadas todas as Comissões que representam a sociedade envolvida na região da criação de novas áreas de preservação para apresentar a proposta que está sendo costurada. Agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a consulta pública, aproximadamente às quinze horas e trinta minutos. Para constar, Eu, MARIO MATTEI, o Tabelião, lavrei a presente Ata Notarial, a digitei, conferi, subscrevo e assino em público e raso. Dou fé.* Emolumentos: R\$ 146,80. Selo R\$- 10,00. Total 156,80. NOVO PROGRESSO, 21 DE SETEMBRO DE 2005. EM TESTEMUNHO, DA VERDADE MARIO MATTEI o Tabelião. **Segue a assinatura:** (a) MARIO MATTEI - Tabelião. É o que se contém no referido Livro e Folhas, aqui bem e fielmente trasladado. **A presente Ata Notarial não contém nenhuma averbação, rasuras ou qualquer outro fato que tenha alterado seu conteúdo, estando a mesma em pleno vigor até a presente data.** Trasladada por **Certidão**, era o que se continha em referido ato, está tudo conforme ao seu próprio original. Eu, Mario Mattei, Oficial e Tabelião, que a fiz extrair, conferi, subscrevo, dou fé e assino a presente. Emolumentos: R\$260,30, Selo: R\$1,45.

O referido é verdade e dou fé.

Novo Progresso-PA, 20 de maio de 2024.


Mario Mattei

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SELO DIGITAL CERTIDÃO Nº:1948935 - SÉRIE:A - SELADO EM:20/05/2024

CÓDIGO DE SEGURANÇA Nº:5398491000092366001215230



CPA 042414

Colégio Notarial

EM BRANCO

RODO ROSA



CASTANHEIRA

Colégio
Notarial do
Brasil